

## **ILUSTRÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Ref.** Processo Administrativo de Compras e Serviços n.º 08/2021 - Pregão Presencial n.º 01/2021 do Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares

**MENSURAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n.º 16.847.061/0001-29, sediada na Rua Rio de Janeiro, n.º 2735, bairro Lourdes, CEP: 30.160-042, na cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo Sócio, Sr. Cristiano Daher Moraes, CPF n.º 005.363.136-60, vem a presença de V. Excelência, para, apresentar **DENÚNCIA EM FACE DE ILEGALIDADE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** com PEDIDO DE SUSPENSÃO do ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções do, conforme art. 301 e seguintes da resolução n.º 12/2008.

### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

É tempestiva a impugnação apresentada pela empresa Mensurar Serviços de Consultoria Econômica LDA-ME, haja vista a definição do prazo de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame, agendada para o dia 11 de novembro de 2021, para a interposição de impugnação, conforme cláusulas 20.6 e 20.7 das Disposições Gerais do edital.

### **II – DOS FATOS**

Trata-se de Denúncia em face de irregularidade no procedimento licitatório com pedido de suspensão e posterior republicação com as devidas correções do Edital de Pregão Presencial n.º 001/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de disponibilização virtual de informações econômico-financeiras com o intuito de auxiliar o Instituto na análise e

acompanhamento dos investimentos de modo a atingir a melhor relação risco x retorno com o consequente aumento de rentabilidade dos mesmos.

Tem-se que o pregão presencial deixou de exigir importantes requisitos mínimos estabelecidos em lei, de forma a prejudicar a execução dos serviços licitados podendo acarretar, inclusive, prejuízos para a administração pública.

Ademais, o mencionado edital determinou, erroneamente, na especificação do objeto, item 3.10, que o sistema deve possuir na sua base de dados informações originadas da CVM e ANBIMA sobre no mínimo 9.500 (nove mil e quinhentos) fundos de investimento, entre eles Fundos de Investimento em Participações (FIP), Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos Imobiliários (FII). Contudo, atualmente esta quantidade não representa fundos aptos a gerenciar recursos financeiros conforme as regras e enquadramento de RPPS.

Por fim, o item 6.5.1, equivocadamente, determina que a licitante apresente no mínimo 01 atestado ou certidão comprovando o desempenho do sistema e serviços solicitados no edital, sendo aceito atestado de pessoa jurídica de direito público ou privado.

Ocorre que o objeto da mencionada licitação abarca apenas informações econômico-financeiras com o intuito de auxiliar o Instituto de Previdência Municipal na análise e acompanhamento dos investimentos. Sabe-se que as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência possuem regras específicas de alocação, determinadas pela Resolução BC CMN nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, assim, a apresentação de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado não comprova a capacidade técnica da empresa em prestar o serviço, devendo ser retirado do edital de licitação.

### **III – DOS FUNDAMENTOS**

Ao determinar a obrigatoriedade da Administração Pública em licitar o legislador buscou garantir a observância do princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Para tal, quanto à habilitação dos interessados em participar do certame, a Lei nº. 8.666/93 estabelece em seu art. 30 requisitos técnicos mínimos e limitou, também, a sua comprovação, nos seguintes termos:

#### **Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:**

##### **I – registro ou inscrição na entidade profissional competente;**

**II – comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;**

**III – comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;**

**IV – prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.**

**§1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:**

**I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;**

**II – (Vetado)**

**§2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.**

**§3º Sempre será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.**

**§4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.**

**§5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.**

**§6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.**

**§7º (Vetado).**

**§8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise os preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.**

**§9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.**

**§10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional de que trata o inciso I do §1º deste artigo deverão participar da obra ou do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.**

**§11. (Vetado).**

**§12. (Vetado).**

Analisando o Edital verifica-se que o requisito legal de registro da prestadora de serviço na entidade profissional competente não foi exigido. Ocorre que o art. 30, I da referida Lei dispõe expressamente quanto à necessidade de registro ou inscrição na entidade profissional competente, nesse caso, o Conselho Regional de Economia e na Comissão de Valores Mobiliários.

Ora o objeto do certame, contratação de empresa para prestação de serviços de disponibilização virtual de informações econômico-financeiras com o intuito de auxiliar o Instituto na análise e acompanhamento dos investimentos de modo a atingir a melhor relação risco x retorno com o consequente aumento de rentabilidade dos mesmos, engloba atividades técnicas de Economia e Finanças, conforme determina o Parágrafo único do art. 14 da Lei nº 1.411/51, que dispõe sobre a profissão de Economista.

**Art 14. Só poderão exercer a profissão de economista os profissionais devidamente registrados nos C.R.E.P. pelos quais será expedida a carteira profissional.**

**Parágrafo único. Serão também registrados no mesmo órgão as empresas, entidades e escritórios que explorem, sob qualquer forma, atividades técnicas de Economia e Finanças.**

Ademais, tem-se que os Consultores de Valores Mobiliários (pessoa física ou jurídica) tem como responsabilidade assessorar os investidores interessados em fazer aplicações diretamente no mercado. Assim como ocorre com outros prestadores de serviços do mercado de valores mobiliários, os consultores devem ser registrados na CVM.

Diante do exposto, é necessária a inscrição da empresa prestadora de serviço no CORECON e na CVM.

Ademais, o perfil da equipe técnica, disposto no termo de referência do edital no anexo I, também não respeita o requisito do inciso II do art. 30 Lei de Licitações, nº 8.666 de 1.993, qual seja, comprovação do licitante em possuir em seu quadro permanente pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação.

Pois bem, o Edital não estabelece a necessidade de conter no quadro de pessoal economista com o efetivo registro no conselho nas entidades profissionais competentes, ou consultor de valor mobiliário devidamente registrado na CVM, como determinam os incisos I e II, do art. 30 da Lei 8666/93.

Verifica-se que o edital só estabelece a comprovação de um profissional de nível superior na área de tecnologia da informação no quadro de funcionários, desconsiderando a necessidade de conhecimento nas áreas de economia e finanças.

Além disso, o mencionado edital determinou, erroneamente, na especificação do objeto, item 3.10, que o sistema deve possuir na sua base de dados informações originadas da CVM e ANBIMA sobre no mínimo 9.500 (nove mil e quinhentos) fundos de investimento, entre eles Fundos de Investimento em Participações (FIP), Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos Imobiliários (FII).

Contudo, atualmente esta quantidade não representa fundos aptos a gerenciar recursos financeiros, conforme as regras e enquadramentos de Regime Próprio de Previdência Social -RPPS, como é possível verificar na planilha de enquadramentos de fundos constante no site do Ministério do Trabalho e Previdência anexa.

A alocação de recurso em RPPS, por se tratar de dinheiro público e, consequentemente, a garantia de pagamento de aposentadorias e pensões, possui legislação e regras específicas, nos termos da Resolução BC CMN nº 3.922 de 25 de novembro de 2010. Portanto, considerando que não há no mercado 9.500 fundos de investimentos que os regimes de previdência possam alocar seus recursos, é inviável que o sistema possua em sua base de dados 9.500 fundos de investimentos.

Por fim, tem-se que o item 6.5.1, equivocadamente, permite que o atestado ou certidão para comprovação de desempenho do sistema e serviços solicitados no edital, seja emitido por pessoa jurídica de direito privado.

Ocorre que os atestados de capacidade têm o propósito de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Nesse sentido, é evidente que, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram objetos compatíveis com aquele definido na licitação

O objeto da mencionada licitação abarca apenas informações econômico-financeiras com o intuito de auxiliar o Instituto de Previdência Municipal na análise e acompanhamento de investimentos. Sabe-se que as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência possuem regras específicas de alocação, determinadas pela Resolução BC CMN nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, assim, a apresentação de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado não comprova a capacidade técnica da empresa em prestar o serviço, devendo ser retirado do edital de licitação.

#### **IV – DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO**

Diante do exposto, considerando que a abertura dos envelopes está designada para o dia 11 de novembro de 2021, e que o mesmo é ilegal, pede a SUSPENSÃO do ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, ou seja, estabelecer no ato convocatório a necessidade de inscrição da empresa prestadora de serviços na CVM e no CORECON, além de conter no quadro de pessoal da empresa profissionais adequados, com o efetivo registro no nas entidades profissionais competentes, como determinam os incisos I e II, do art. 30 da Lei 8666/93.



Alterar o item 6.5.1, retirando a possibilidade de apresentação de atestado ou certidão de pessoa jurídica de direito privado, vez que o objeto contratual prevê a prestação de serviços específicos para a administração pública, ou seja, Regime Próprio de Previdência Social, nos termos da Resolução BC CMN nº 3.922 de 25 de novembro de 2010.

Por fim, requer a supressão do item 3.10 da especificação do objeto, haja vista a inexistência de 9.500 fundos aptos a gerenciar recursos financeiros para Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Termos que, pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 08 de novembro de 2021.

**Mensurar Serviços De Consultoria Econômica Ltda- Me.**  
**Cristiano Daher Moraes**

16 847 061/0001-29  
MENSURAR - SERVIÇOS DE  
CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA. - ME  
Av. do Contorno, 6594 / Sala 701  
Bairro Savassi - CEP 30110-044  
BELO HORIZONTE - MG